

**A GUERRA IDEOLÓGICA:
a dialética raça/classe no Brasil contemporâneo**

**THE IDEOLOGICAL WAR:
the race/class dialectic in contemporary Brazil**

Joana A. Coutinho¹

Resumo

Neste texto estamos refletindo sobre o caráter das lutas identitárias nos últimos anos e seu caráter ideológico. Após 14 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, vivemos a ascensão de uma direita que flerta com o fascismo. Assim, tentar elucidar o que o bolsonarismo decretou como “guerra ideológica” ao criminalizar as lutas como de gênero e antirracista e os desafios para a esquerda.

Palavras-chave: Ideologia; Direita; Estado.

Abstract

This text we are reflecting on the character of the ideological struggle that took place, more explicitly, in recent years in Brazil. After 14 years of PT governments, we have seen locally the rise of a right wing that flirts with fascism. The election of Jair Bolsonaro in 2018 is the result of a great onslaught of the bourgeoisie, in the ideological struggle and the use of ideological devices.

Keywords: Ideology; Right; State

INTRODUÇÃO

A questão que nos propormos aqui é pensar como tem se acirrado a luta ideológica no seio da sociedade brasileira: pensar por dois ângulos que não são dicotômicos. Primeiro, a partir do aumento da fragmentação das lutas num discurso que é muito caro à esquerda, principalmente

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Pós-doc na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (2018). Atualmente, professora Associada IV na Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina, vinculado ao Programa de Políticas Públicas, e também pesquisadora do Núcleo Práxis da USP. Tem experiência na área de Ciência Sociais com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, movimentos sociais, sociedade civil, Estado, ideologias, classes sociais e lutas de classes. Número ORCID - 0000-0002-8846-6491

porque no continente latino-americano e mais especificamente no Brasil, as marcas do autoritarismo, do machismo e do racismo nunca nos abandonaram de fato.

Segundo o avanço das lutas identitárias parecem desconsiderar de um lado, toda teoria que tende a compreender o mundo na sua totalidade. Inquirimos a respeito de quem ganha com a fragmentação das lutas e os recursos usados pela extrema-direita, no que estou chamando aqui de um forte discurso ideológico que busca capitanear as classes populares. Terceiro, quais os rumos para pensar uma mudança radical, da disputa da sociedade civil e da política.

Sérgio Buarque de Holanda escreveu em *Raízes do Brasil* que desenvolvemos aqui um certo "bovarismo" nacional. O bovarianismo está entre as características que compõem o conjunto de formações imaginárias que nós brasileiros compartilhamos. Há uma série de "panaceias" utilizadas durante o longo reinado de Pedro II para produzir efeitos secundários de modernização, à maneira dos países emancipados e republicanos europeus, sem alterar as estruturas arcaicas de comando e poder.

Maria Rita Khel, no texto *Bovarismo brasileiro*, acrescenta que nas sociedades da periferia do capitalismo, que se modernizaram com referência às revoluções industrial e burguesa europeia sem perceber a relação com os ideais, necessariamente se torna outra. Este outro é inatingível, pois o momento histórico que favoreceu a modernização, expansão e enriquecimento dos impérios coloniais não se repetirá.

A prolongada escravidão em terras brasileiras simpatizava com a longa duração do sistema monárquico:

(...) desde a independência em 1822, se uma nova política fosse implementada, prevalecia uma nação de cidadania estreita, que havia banido grande parte da população do exercício da política e mais ainda o extenso contingente de escravizados. A independência criou um estado, mas não uma nação. (Kehl, 2018, p.44).

O RACISMO NO BRASIL

As lutas contra a opressão são necessárias e é urgente que as incorporem nas lutas contra a exploração, ou seja, na luta anticapitalista que tenha como horizonte o socialismo. São muitas as fragmentações que estão no bojo das lutas contra a opressão: o racismo, o sexismo, o homofobismo, e tantos outros. A questão do racismo, por exemplo, deita raízes na nossa história, como lembra Lilia Schwarz (2019, p.27):

de tão disseminada ela deixou de ser privilégios de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais do que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais.

O resultado disso é uma sociedade violenta e a consolidação de uma desigualdade estrutural no país. A forma como a escravidão termina, como regime, também nos dão elementos importantes para pensar a nossa realidade: além de tardar a acabar, o faz de maneira conservadora (idem). “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”! Ou seja, a recém liberdade conquistada pelos negros, não significou o fim da desigualdade, o que nos aflige até os dias de hoje. Segundo Lilia Schwarz (2019, p.36), se o racismo deixou de ser aceito como uma teoria científica, ele continua plenamente atuante, enquanto ideologia social, no senso comum, que age perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia. Essa é a sociedade legada da escravidão, uma:

sociedade autoritária, e que é reproduzida em termos modernos. Uma sociedade que está acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mãos dos direitos também

As feridas da discriminação racial, segundo Abdias Nascimento (2016, p.97) “se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica — para citar um exemplo— por motivo de raça”. Florestan Fernandes, no prefácio desse livro do Abdias Nascimento, “O genocídio do negro brasileiro”, diz: o negro aceitou a tática do que parece ser o “caminho viável” e “o mais fácil”: o da infiltração individual, das compensações pessoais, que simplifica as coisas e revela que o “negro de alma branca” é tão competente quanto qualquer outro, nacional ou estrangeiro.

Essa tática, diz ele é suicida no plano coletivo: ela pressupõe a acefalização da população negra. Seu talento é transferido para os estratos sociais da “raça” dominante e passa a ser utilizado na mais estreita defesa da ordem. Todavia esse é o preço a ser pago pela conquista de “um lugar ao sol”. De modo indireto, ela é construtiva, pois cria, aos poucos, um “novo negro”, que força a reeducação do branco na avaliação do negro e do mulato e põe em xeque os estereótipos ou os estigmas raciais. Cabe lembrar o que nos diz Abdias Nascimento ao referir-se que o racismo brasileiro se caracteriza por uma “aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigencida (2016, p.169).

O racismo constitui todo um imaginário social que é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. É o que o Silvio Almeida chama de racismo estrutural.

Aimée Cesaire no texto sobre colonialismo nos descreve a crueldade do colonizador. Retira deles a humanidade, ou seja, o colonizador se “desumaniza” no processo da colonização. Da colonização à civilização diz ele, há uma distância infinita. Todas as expedições coloniais, todos os estatutos coloniais, “não sobraria, um único valor humano”. A ideia é que ninguém coloniza inocentemente, impunemente, a civilização que faz isso e o faz à força, é uma civilização doente, moralmente atingida. Aqui, faz uma analogia ao nazismo na Europa, e suas consequências. O fato é que essa mesma barbárie ou quiçá maior foi cometida durante a colonização “do novo mundo”, e o processo de escravização da África. Colonização é sinônimo de “coisificação”. Marx, em várias passagens aborda a questão da escravidão e a relaciona ao desenvolvimento do capitalismo:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (2013, p. 872).

Em Trabalho assalariado e capital, diz:

Que é um escravo negro? Um homem da raça negra. Uma explicação vale tanto como a outra. Um negro é um negro, Só em determinadas relações é que se torna escravo”. Marx, um abolicionista convicto, critica abertamente a Lincoln: “Lincoln medrosamente revogou a Proclamação de Emancipação dos negros pertencentes aos rebeldes que foi declarada pelo Missouri de Fremont (General John), isso após os protestos dos escravocratas que ameaçavam se separar (MARX, 2020, p.45).

O exemplo da questão racial, é o nosso ponto de partida para pensar ainda mais duas questões que creio sejam fundamentais nos dias de hoje: como contemplar, ou melhor não ignorar as lutas contra todos os tipos de opressão, sem perder a perspectiva crítica da luta contra a exploração capitalista, a luta pelo socialismo.

A questão da identidade, é uma armadilha, como descreve Silvio Almeida, no prefácio ao livro do Asad Haider, armadilha da identidade. Armadilha porque tem um duplo funcionamento, que serve tanto à “direita”, quanto à “esquerda antirrevolucionária”. A direita porque o uso da política identitária e da insistência subjetivista é algo tradicional e faz parte do individualismo

metodológico marca do liberalismo e do neoliberalismo. Uma identidade branca nacional, que se volta contra imigrantes, e etc, alimenta o xenofobismo, que é a expressão da ultradireita (fascista).

Por outro lado, uma identidade “negra” desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária, e ser muito útil ao capitalismo e não o contrário. O interessante dessa formulação, é que esse tipo de identitarismo paralisa a esquerda, quando só fala de identidade ou quando se recusa a falar de identidade.

O “IDENTITARISMO” E SEUS LIMITES

O avanço das lutas identitárias parece desconsiderar toda teoria que tende a compreender o mundo na sua totalidade. Aimée Césaire, no livro *Discurso sobre o Colonialismo*, diz que uma civilização incapaz de resolver os problemas causados pelo seu funcionamento é uma civilização em decadência, em agonia. A colonização, segundo ele, trabalha para desumanizar o colonizador; para o brutalizar, degradá-lo e despertá-lo para instintos enterrados, ganância, violência, ódio racial, relativismo moral. É necessário, e então acredito no grande desafio, criar alternativas que rompam com esta lógica destrutiva e desumanizante, para que possamos pôr em prática uma transformação que seja geral e que inclua toda a concepção de sociedade, dos homens e mulheres que queremos. E a necessidade de uma reforma intelectual e moral, como lembra Gramsci.

Mas afinal do que trata essa reforma moral e intelectual? Ernest Renan (1871) utilizou o termo para explicitar a questão das reformas na França, ou melhor que não sucumba a lógica da reforma protestante, que inclui uma nova moral, baseada na acumulação de riquezas:

Um país que desempenhou um papel de liderança não tem o direito de ser reduzido ao materialismo burguês, que só quer desfrutar da sua riqueza adquirida em paz. Nem toda a gente é uma pessoa medíocre. O homem que prostitui um grande nome, que falha numa missão escrita na sua natureza, não se pode permitir sem consequência uma série de coisas que são perdoadas ao homem comum, que não tem nem um passado para continuar nem um grande dever a cumprir (RENAN, 1871. p.19).

Renan está preocupado em uma reconstrução da França, com uma formação para as elites e segundo Marcos Del Roio (2018, p.38), ele busca restaurar o “Antigo Regime, mas de uma forma atualizada, não voltar para antes de 1789 ou mesmo para o período da restauração bourbonica de 1815-1830”. Gramsci no Caderno 14, Nota 26 “Notas de Cultura italiana”, debate sobre a necessidade de uma reforma como foi a reforma protestante para o desenvolvimento das forças produtivas. Gramsci comenta que Renan se interessa por educar as elites com classes de cultura, e

a educação para o povo ficaria renegada a paróquia. Gramsci conceitua o senso comum como o complexo ideológico das classes subalternas, as quais podem desencadear movimentos de rebeldia “espontânea” alicerçadas exatamente em elementos culturais de fundo religioso e profético, os quais geram os seus próprios dirigentes. Mas por outro lado, o comum é um conjunto desconexo de crenças acumuladas e desfiguradas com o passar do tempo, que podem configurar uma religião, uma visão de mundo que condiciona uma prática social restritiva e conservadora. Trata-se então de fazer a crítica ao senso comum (e ao folclore) e desenvolver a reforma moral e intelectual ainda com base na cultura popular e então promover um progresso intelectual de massas, com o objetivo de diluir a divisão entre intelectuais e não intelectuais. Assim que o progresso intelectual de massa permite aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão de si mesmos e isso ocorre por meio de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois na política, para alcançar uma elaboração superior da própria concepção do real (Gramsci, Caderno 8)

Gramsci reconhece que mesmo o marxismo vulgar, ao se difundir entre as massas, que passam acreditar que o socialismo é inevitável, que o futuro lhes pertence, ainda que o presente seja de dor e sofrimento, apresenta um viés positivo. O problema que Gramsci se colocou é o de como proceder a uma reforma moral intelectual que envolvesse as massas populares desde o início. Claro que essa intenção exigia que se partisse do senso comum, da ciência do senso comum, da experiência prática, mas exatamente com a finalidade de fazer da filosofia da práxis um novo senso comum, no qual não haveria mais a oposição entre conhecimento dos sábios e dos simples. Um complexo processo de construção de uma nova hegemonia, ou seja, uma nova visão de como conhecer e fazer o mundo dos homens.

A EQUAÇÃO RAÇA E CLASSE

Não significa ignorar em absoluto que o racismo impregnado na sociedade e que passa, claro por uma ideologia dominante e o que vou chamar aqui de uma “cultura racista”. Há centenas de jargões, ditos populares etc., que colocam o negro numa situação particular de vivência que perpassa as relações de classes. Por isso, não podemos dissociar o racismo, primeiro do capitalismo e segundo, da classe de pertencimento. Num caloroso e vibrante relato da Revolta dos negros no Haiti, Cyril Lyonel Robert James nos descreve como os negros escravos e ex-escravos, mantinham uma relação um tanto quanto ambígua com os mulatos. Nos diz ele:

No era una cuestión de color sino una cuestión de clases en su más cruda expresión, pues los negros que anteriormente habían sido libres seguían siendo fieles a los mulatos. Personas de cierta alcurnia y relevancia bajo el Antiguo Régimen seguían viendo a los ex-esclavos como personas que, esencialmente, habían nacido para ser gobernadas (...). Los mulatos pensaban que podrían gobernar el país por sí solos, su meta era la independencia y ciertos blancos isleños conspiraban con ellos (JAMES, 2003, p.161).

O que não significa em absoluto negar o racismo, mas trazer o debate sobre o racismo nessa estrutura social. Como diz Kabengele Munanga (2020), ser negro é ser excluído. A identidade negra mais abrangente segundo ele seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída da sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania. Mais ainda, as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação e na ascensão social. Os dados nos ajudam a compreender:

- 1) Os negros são a maior parte da força de trabalho – 54,9%. Mas são os que mais estão entre os desocupados e subocupados.
- 2) São os que mais sofrem com a informalidade: 47,3%. Os brancos chegam a 34,6%.
- 3) Pesquisa do Instituto Ethos mostra que os negros ocupam apenas 4,9% das cadeiras nos Conselhos de Administração das 500 empresas de maior faturamento do Brasil.
- 4) 4,7% apenas entre os quadros executivos; 6,3% nas gerências;
- 5) Ganham menos do que os brancos. Segundo o IBGE, o rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos era de 934,00 em 2018, contra 1.846,00 dos brancos.
- 6) As taxas de pobreza e de extrema pobreza são maiores entre a população negra. 32,9% entre pardos e pretos viviam com menos de 5,50 dólares, por dia, brancos (15,4%). A pobreza extrema, quando se vive com menos de 1,90 por dia, atinge 8,8% da população negra e 3,6% da população branca.
- 7) São minoria no Poder Legislativo;
- 8) Dados da eleição de 2020- mostram que apenas 32% dos prefeitos eleitos são negros. Aumentou o número de candidaturas negras para a vereança, mas continua a sub-representação;
- 9) Judiciário: 14,2% de magistrados pardos e 1,4% de pretos em 2013, dado do último levantamento.
- 10) Nos Tribunais Superiores – Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Superior Tribunal Militar (STM) – os números são ainda menores: 1,3% se declaram pretos e 7,6%, pardos. Em toda a história, apenas três negros ocuparam uma cadeira no STF: os ministros

Joaquim Barbosa, indicado em 2003 pelo ex-presidente Lula, Hermenegildo de Barros, nomeado em 1919 e aposentado em 1937, e Pedro Lessa, ministro entre 1907 e 1921.

- 11) Vítimas de violência: 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas. Segundo o Atlas da Violência, em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas – o equivalente a 49.524 vítimas. A chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. Há um verdadeiro genocídio dos jovens negros nas periferias;
- 12) Violência contra a mulher negra. As mulheres negras são vítimas mais recorrentes de homicídios. E são o principal grupo de risco nos casos de feminicídios. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostram que 61% das mulheres que sofreram feminicídio no Brasil eram negras.
- 13) Sistema carcerário. Os negros são a maioria entre as pessoas presas no Brasil. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aponta que 61,6% dos detidos no país eram pardos ou pretos em junho de 2017 (dados mais recentes disponíveis). Os brancos representavam 34,38% dos presos. O levantamento mostra que a maior parte dos presos no Brasil são jovens, pretos ou pardos e com baixa escolaridade. Os crimes que mais levam a prisões são roubo e tráfico de drogas.
- 14) Analfabetismo. A taxa de analfabetismo entre negros de 15 anos ou mais diminuiu nos últimos anos – de 9,8% em 2016 para 9,1% em 2018. Ainda assim, é maior do que o dobro da taxa de analfabetismo entre brancos da mesma idade, que ficou em 3,9% no ano passado, segundo o IBGE.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2018, do Inep, a maioria dos negros que estão no ensino superior no Brasil estudam em universidades particulares. Naquele ano, dos 591 mil pretos que cursavam o ensino superior, 66,86% frequentavam instituições privadas. Entre os 2,4 milhões de pardos em instituições de ensino superior, 73,54% estavam em rede privada.

Pelo que se observa, é inegável que haja um racismo impregnado na sociedade brasileira e que aumentou ou melhor assumiu o seu caráter mais explícito nos últimos anos. Escancara o câncer, mas o que se trata agora é de pensar no remédio que pode erradicá-lo.

A luta contra o racismo deve ser uma luta anticapitalista. Aqui, é importante frisar que a luta por inclusão é necessária, urgente e legítima, mas não se acaba com o racismo sem acabar com o capitalismo, ele se alimenta disso. A luta de parte do movimento negro, que vou chamar aqui de

“liberal”, que nega a questão da classe como o fator principal que alimenta o racismo reivindica um lugar e coloca os direitos num patamar perigoso de “privilégios”. Se são privilégios a luta muda de caráter — não é igualdade de tratamento, já que privilégios devem ser extirpados.

Munanga, indaga-se sobre a questão da identidade de fato do que estamos falando?

Dessa identidade mítico-religiosa conservada nos terreiros religiosos? Da identidade do grupo oprimido que vacila entre a consciência de classe e a da raça? Ou da identidade política de uma “raça” afastada de sua participação política na sociedade que ajudou a construir? Esta última, ainda em formação, que caracteriza a tomada de consciência da jovem elite negra politicamente mobilizada, me parece a mais problemática de todas. Nela se misturam os critérios ideológicos, culturais e raciais. Nesse caso, a situação do mestiço fica mais crítica ainda pela ambivalência racial e cultural da qual ele participa, e sua opção fica geralmente baseada em critérios ideológicos. Também nem todos que participam desse processo vivem plenamente os valores culturais negros. Mas, por causa da discriminação racial da qual todos são vítimas, quase todos se referem retoricamente aos valores culturais negros ou tenta recuperá-los, pelo menos simbolicamente como o mostra o discurso da negritude (MUNANGA, 2019, p.14).

O perigo ao negar a classe e a luta de classes como motores centrais para a erradicação da pobreza, do racismo e de todos os preconceitos, é criar a falsa ilusão de que a criação de uma classe média negra resolveria a questão do racismo no país.

Outro aspecto importante, que é necessário retomar, é a representatividade no Parlamento e ou no executivo. Uma análise rápida dos dados para prefeitos e vereadores nas últimas eleições mostra o crescimento significativo de mulheres pardas (a maioria) para prefeitas e para vereadoras. Mas ao cruzarmos esses dados com os partidos, a maioria delas estão em Partidos Políticos de espectro ideológicos de extrema-direita e direita. Para terminar, trago o Clóvis Moura (2019) para nos ajudar a pensar a relação classe/raça no Brasil.

Para ele, o negro brasileiro, a partir das suas lutas na sociedade escravista contra a escravidão e posteriormente suas mobilizações após a abolição na luta pela igualdade racial incidem num fundamental instrumento para propor a superação do moderno quadro de desigualdade social que atinge milhões de brasileiros. Portanto, para entender a conjuntura das classes dominadas no Brasil, é necessário analisar as duas dimensões centrais da dominação: a classista e a racial.

A GUIA DE CONCLUSÃO

A questão que se coloca com certa urgência é como não somente incorporar as chamadas pautas “identitárias” num complexo de lutas mais amplo. Ou seja, a questão de gênero, de etnia,

faz parte da luta de classes. É dizer, a luta para a emancipação não é somente econômica, mas também cultural, social. A direita parece ter entendido isso e ataca com uma “guerra cultural” contra a identidade de gênero, que de fato nunca existiu. Exalta a composição de uma família inexistente na vida real², e, com isso, elimina centenas de anos de lutas e conquistas das mulheres na sociedade. Outro dado importante é a instrumentalização da educação. Isto é, a educação voltada para a classe trabalhadora ressalta o técnico, eliminando ou diminuindo, na grade escolar, disciplinas que ajudam a pensar e interpretar o mundo, como filosofia, sociologia, geografia e história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CÉSAIRE, Aimée. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a reforma intelectual e moral**. In: <https://revistas.marília.unesp.br>. Acesso em: 10/09/2022.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos del Cárcere. Vol. V. Cuaderno 14. Puebla: Ediciones ERA, 1999.

JAMES, C.R.L. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Trabalho Assalariado.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SCWARCZ, Lilia Mortiz (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019.

² Ignora, por exemplo, o número de famílias comandadas somente por mulheres; enaltece uma submissão das mulheres em relação aos homens, como sendo uma relação “natural”.